

A MODALIDADE NO ESTUDO DA VARIAÇÃO DO MODO SUBJUNTIVO

Vânia Raquel Santos Amorim (UESB)

quelva@hotmail.com

Valéria Viana Sousa (UESB)

valerivianasousa@gmail.com

Jorge Augusto Alves da Silva (UESB)

adavgvstvm@gmail.com

Gilberto Almeida Meira (UESB)

betodan@ig.com.br

RESUMO

No presente trabalho, buscamos investigar a alternância entre os modos indicativo e subjuntivo em orações subordinadas no português falado em Vitória da Conquista – BA. O interesse em analisar a alternância em relação à seleção do modo verbal se justifica no fato que, na tradição gramatical, não há o reconhecimento da alternância entre os modos e, assim, não há também uma descrição teórica satisfatória do emprego do subjuntivo para explicar a oscilação entre as formas indicativas e subjuntivas no uso real da língua, como ocorre nos seguintes exemplos, excertos extraídos de falas conquistenses: (1) Eu quero pedir a Deus *que inspira cada vez mais vocês...* (M.C.A.O) ou (2) depende de que forma *é que cê tá falando né?* (A.A.B). Com o propósito de compreender as razões que condicionam essas variações, utilizamos, na fundamentação, pressupostos teóricos e metodológicos da sociolinguística e do funcionalismo norte-americano, tomando como referência, sobretudo, os teóricos Givón (2001); Labov (2008); Neves (2004); Weinreich et al. (2006). Referente à parte analítica, utilizamos seis informantes estratificados nas variáveis sociais gênero/sexo, faixa etária e grau de escolaridade do *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista (*Corpus PPVC*), constituído pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e pelo Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo-CNPq. Levando-se em conta as variáveis linguísticas, elegemos dois grupos de fatores: tipo de verbo da oração matriz e modalidade. Verificamos que, nas cláusulas analisadas, alguns tipos de verbos selecionam exclusivamente o modo subjuntivo, outros selecionam apenas o indicativo e ainda há verbos que apresentam emprego variável do modo subjuntivo. O resultado dessa pesquisa, do ponto de vista sociolinguístico, sinaliza um processo de mudança em progresso e, do ponto de vista funcionalista, encontra respaldo no processo de gramaticalização.

Palavras-chave: Modalidade. Modo. Subjuntivo. Indicativo.

1. Introdução

É consensual, nas teorias linguísticas, a compreensão de que as línguas estão em constante variação e mudança e, assim, que certos fenômenos linguísticos não são previstos, não podem ser controlados e, na

maioria das vezes, explicados pelas regras categóricas da gramática normativa que tem sua centralidade, sobretudo, nos clássicos moldes da escrita. Sobre essa distinção entre oralidade e escrita, Câmara Jr (2011) salienta que a língua escrita e a língua oral possuem uma diversidade bastante sutil e que a escrita não tem poder para reproduzir fielmente a fala que tem o seu percurso e leis próprias.

Tentando compreender esses caminhos próprios que a fala possui e pensando na discrepância que existe entre o uso real da língua, nos valores nocionais impostos e nos limites da gramática normativa em relação ao estudo atual da língua, propomo-nos a investigar a alternância entre os modos subjuntivo e indicativo na língua em uso.

Elegemos as variáveis “tipo de verbo da oração matriz” e “modalidade”, para validar a hipótese de que o tipo de modalidade verbal pode estar condicionando ao uso de formas indicativas em contextos em que a gramática preconiza o emprego de formas subjuntivas.

Tomando como referência, sobretudo, os teóricos Givón (2001); Labov (2008); Neves (2004); Weinreich et al. (2006), buscamos: (i) desenvolver uma descrição do modo subjuntivo segundo a tradição gramatical; (ii) tratar de conceitos de modalidade e modo verbal; (iii) esboçar os conceitos basilares que norteiam as teorias sociolinguística variacionista, o funcionalismo e a articulação entre essas, denominada de Sociofuncionalismo, dando ênfase, principalmente, à gramaticalização. (iv) e, por fim, investigar indícios de que a variação do modo subjuntivo no *Corpus* Popular de Vitória da Conquista esteja passando por um processo de gramaticalização.

O trabalho, nesta perspectiva, compõe-se das seguintes seções: 1 “Introdução”; 2 “O tratamento do indicativo e subjuntivo na gramática normativa”; 3 “A categoria modalidade”, na qual evidenciaremos “A modalidade epistêmica e deontica” e o “Modo verbal”; 4 “Pressupostos teóricos, no qual apresentaremos os “Pressupostos teóricos da teoria da variação”, os “Pressupostos teóricos do funcionalismo norte-americano” e “sobre o sociofuncionalismo”; 5 “Procedimento metodológico”, na qual serão tratados os “Os fatores extralinguísticos”; e, por fim, a seção 6, composta pela “Análise dos dados”.

2. O tratamento do indicativo e subjuntivo na gramática normativa

De uma forma geral, a tradição gramatical trata o modo subjuntivo de uma maneira muito vaga, com uma descrição que não consegue explicar a variação desse modo no uso real da língua. Apresentaremos a seguir, como essas gramáticas normativas constroem a sua teoria básica sobre o modo subjuntivo.

Segundo registram os gramáticos Bechara (2004), Lima (2011), Cegalla (2010) e Cunha e Cintra (2001), o modo indicativo se refere a fatos tidos como reais, verossímeis: *danço, dancei, dançava, dançarei*. Semelhante a esse conceito, Almeida (2009) enuncia que, nesse modo a ação exercida pelo verbo, expressa algo real, “quer o juízo seja afirmativo, quer seja negativo, quer interrogativo: *não irás?, não irei, vejo, vi.*” (ALMEIDA, 2009, p. 225)

No que se refere ao modo subjuntivo, os gramáticos explicitam que, em oposição à noção de realidade, o modo indicativo faz referência a fatos tidos como incertos: *talvez dance, se dançasse*. Almeida (2009), já acrescenta que, nesse modo, o verbo não terá sentido se não vier *subordinado* a outro verbo. Isso porque é o verbo da oração principal que permitirá a compreensão da frase, pois, se for dito apenas *venhas*, o enunciado não será perfeitamente compreensível. Diferentemente, ocorre quando se diz: *quero que venhas*. Nesse caso, ficou claro que o sentido de *venhas* depende do verbo *querer* da cláusula matriz²¹. Diante do exposto, Almeida (2009) explica que tal fato justifica a denominação *modo subjuntivo*, isto é, por ser o “modo que se subordina a outro”.

Semelhantemente, mas, com alguns acréscimos à definição desses modos, Cunha e Cintra (2001) registram que no modo indicativo, o verbo expressa um fato real, independente do tempo do verbo, presente, passado ou futuro. Já, no emprego do subjuntivo, o fato expresso pelo verbo é considerado como algo *incerto, eventual*, ou mesmo, *irreal*.

Cunha e Cintra (2001, p. 466) pontuam que o subjuntivo indica que uma ação, que ainda não foi realizada, “é concebida como dependente de outra”, seja expressa ou subentendida. Por essa razão, o seu emprego em orações subordinadas. O termo subjuntivo vem do latim *subjunctivus* e o próprio nome já traz uma indicação do seu significado: “que serve para ligar, para subordinar”. Segundo este gramático, o subjuntivo é o

²¹ O termo oração/cláusula matriz será utilizado como equivalente à oração principal.

modo da oração subordinada e é usado não só nas subordinadas substantivas, como também nas subordinadas adjetivas e nas adverbiais.

Em suma, segundo a tradição gramatical, o uso do subjuntivo ou do modo indicativo nas orações subordinadas está condicionado ao tipo de verbo presente na oração matriz. Diante disso, Cunha e Cintra (2001, p. 466) estabelecem dois princípios gerais que vão nortear o uso desses modos nas orações: (i) Geralmente o indicativo será empregado nas proposições²² que completam o sentido dos verbos como, *crer* (em sentido afirmativo), *afirmar*, *comprovar*, *compreender*, *verificar*, *ver*, *pensar*, *dizer*. (ii) No subjuntivo, os verbos, nas orações, expressam a ideia de desejo, de ordem, de vontade, de condição, de súplica e outros verbos correspondentes: *duvidar*, *negar*, *pedir*, *proibir*, *desejar*, *querer*, *rogar*, *suplicar*.

Nesta seção, apresentamos a descrição do subjuntivo segundo a tradição gramatical e, dando continuidade a essa abordagem, na próxima seção, trataremos dos conceitos de modalidade e modo verbal de acordo com a visão de linguistas e alguns gramáticos.

3. A categoria modalidade

Resgatando o conceito de linguagem como um instrumento de interação social e dotada de intencionalidade, retomamos, aqui, as palavras de Koch (1986) quando afirma que todo conteúdo proposicional é conduzido, de certa maneira, a forma como algo “que se diz é dito”, em outras palavras, “que todo enunciado apresenta determinado grau de modalização.” (KOCH, 1986, p. 227).

Dito isto, a autora afirma que toda gramática, seja em qualquer língua natural, possui “uma série de elementos que tem por função específica a modalização do enunciado” (KOCH, 1986, p. 227). A modalidade, assim, é integrada a atividade ilocucionária, pois revela a atitude do falante diante do enunciado produzido.

Em estudos sobre a modalidade, Ducrot (1993, *apud* NEVES, 2006, p. 152), expressa que o nome “foi dado inicialmente às expressões que remetem de modo mais, ou menos, aproximado à oposição estabelecida pela lógica antiga entre os conceitos *de possível*, *de real* e *de neces-*

²² O termo proposição, cláusula serão utilizados como equivalentes à oração.

sário.”

Koch (1986), por sua vez, afirma que as modalidades estabelecidas pela lógica clássica eram conhecidas como aléticas ou aristotélicas e estavam relacionadas à atitude do locutor em relação ao valor de verdade no que diz respeito aos seus enunciados. Segundo Neves (2002), o estudo da modalidade pressupõe ao menos algumas retomadas a esses moldes estabelecidos e idealizados pelos lógicos, mas se desvincula desses modelos devido ao caráter não-lógico das línguas naturais. Neves (2002, p. 171) explicita duas noções dos modelos estabelecidos pelos lógicos, a saber:

a) A distinção entre a proporção modal *de dictum* e a *de re*, que está na base da distinção entre os dois tipos de estruturas modais nos enunciados (NEF, 1976); b) o estabelecimento de dois eixos conceituais básicos, o do conhecimento e o da conduta.

É válido ressaltar que a modalidade tem sido tratada pelos teóricos de forma bem diversificada, pois alguns dão ênfase à sintaxe, outros privilegiam a semântica ou ainda a pragmática. Tomando a sua definição de forma mais genérica, Neves (2002, p. 172) partilhando das aspirações de Quirk (1985) explicita que “a modalidade pode ser definida como o modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdade a proposição por ela expressa.” A autora, esposando das ideias de Saint Pierre (1992, *apud* NEVES, 2002, p. 172), traz outra definição de modalidade, entendida

[...] como operação de assunção, pelo enunciado, do conteúdo proposicional de seu enunciado em relação a um evento ou a uma certa relação intersubjetiva distinguindo assim, o *dictum*, ou conteúdo de pensamento, do *modus*, ou atitude que o sujeito toma em relação a esse conteúdo.

Já Kiefer (1987, *apud* NEVES, 2002, p. 172), estabelece três noções de modalidade, a saber,

a) Como expressão de possibilidade e de necessidade (seja alética, seja epistêmica, seja deontica); b) como expressão de atitudes proposicionais (com verbos que expressam, estado cognitivo, emocional ou volitivo + oração completa); c) como expressão de atitudes do falante (qualificação cognitiva, emotiva ou volitiva que o falante faz de um estado de coisa).

Na presente pesquisa, tomaremos como base o conceito de modalidade na visão de Givón (2001) entendida como a atitude do falante no que se refere à proposição epistêmica (certeza, evidência, probabilidade, verdade) e deontica ou deontológica (obrigação, manipulação, utilidade,

permissão). É importante salientar que as modalidades epistêmicas e deônticas foram incluídas no tratamento da modalidade após o desenvolvimento dos estudos das lógicas modais. Discutiremos sobre essas modalidades na próxima subseção.

3.1. A modalidade epistêmica e deôntica

A modalidade epistêmica, também chamada doxástica, está associada à esfera mental, ao eixo da crença, ou ainda aliada ao conhecimento (verdade, evidência, probabilidade, certeza) “que cada locutor tem (ou diz ter) relativamente aos estados de coisas a que se refere em seu discurso”. (KOCH, 1986, p. 228).

Por seu turno, a modalidade deôntica, ainda segundo a autora, se situa no eixo da conduta, em outras palavras, está relacionada “ao comportamento que se espera do interlocutor diante de determinados estados de coisas, e é nelas que se revela, de maneira direta, a força dos atos de fala produzidos pelo locutor.” (KOCH, 1986, p. 228).

É salutar acrescentar que Givón (2001) insere nos estudos de modo e modalidade os conceitos de *realis* e *irrealis* que estão respectivamente associados ao fato tido como real, verdadeiro e a possibilidade de um fato se realizar.

3.2. Modo verbal x modalidade

É consensual entre os gramáticos o conceito a respeito do modo verbal, conforme apresentamos na Seção 2. Apresentamos aqui, as definições dos gramáticos Bechara (2004), Almeida (2009) e do gramático descritivista Castilho (2012) sobre essa categoria. Este diz que “entende-se por *modus*²³, no português *modo*, a avaliação que o falante faz sobre o *dictum*²⁴, considerando-o real, irreal, possível ou necessário.” (CASTILHO, 2012, p. 437). Já os gramáticos normativistas definem modo como

²³ Castilho (2002) explicita que o *modus* se constitui da avaliação que se faz sobre o *dictum*, que se apresenta como uma ordem, um pedido, uma dúvida. O modo, gramaticalmente falando, pode ser representado pela entoação, adjetivo sentencial, por advérbio e pelo modo verbal.

²⁴ Segundo Castilho (2012) o *dictum* pode ser entendida como a informação que está inserida na sentença, ou seja, é seu conteúdo proposicional que são representados pelos constituintes sujeito-predicado.

[...] a posição do falante com respeito à relação entre a ação verbal e seu agente ou fim, isto é, o que o falante pensa dessa relação. O falante pode considerar a ação como algo feito, como verossímil- como um fato incerto -, como condicionada, como desejada pelo agente, como um ato que se exige do agente etc., e assim se originam os modos: indicativo, subjuntivo, condicional, optativo, imperativo. (BECHARA, 2004, p. 213).

Modo na conjugação de um verbo vem a ser a maneira por que se realiza a ação expressa por esse verbo. (ALMEIDA, 2009, p. 225)

Diferentemente da abordagem da modalidade, o modo verbal é comumente apresentado nas gramáticas normativas e é entendida, em uma visão mais geral, como “as diferentes maneiras de um” determinado fato se realizar. Apresenta-se em três modos, a saber: o modo indicativo que expressa um fato real, positivo; o modo subjuntivo que enuncia um fato hipotético, possível ou duvidoso e o modo imperativo que expressa pedido, ordem, proibição.

4. Pressupostos teóricos

Nessa seção, trataremos dos pressupostos teóricos e metodológicos de três teorias: a sociolinguística variacionista, o funcionalismo e a articulação entre essas, denominada de sociofuncionalismo, como suporte para compreendermos as razões que condicionam a variação do modo subjuntivo.

4.1. Pressupostos teóricos da teoria da variação

A reflexão do caráter social nos estudos linguísticos tem sido preocupação do homem há um bom tempo. Isso pode ser observado em uma gama de estudos realizados por linguistas e pesquisadores do século XX como Antoine Meillet, os dialetólogos, Mikhail Bakhtin, Marcel Cohen, Émile Benveniste e Roman Jakobson que inseriram em seus trabalhos reflexões sobre o caráter social da língua.

As sementes plantadas por esses pesquisadores caíram em terreno fértil rumo ao florescimento de uma nova teoria denominada sociolinguística variacionista que só passa a ser consolidada a partir de Labov. Sousa (2008, p. 50) confirma isso, quando enfatiza que

[...] é com Labov, que a sociolinguística, de fato, concretiza-se. A descrição da heterogeneidade linguística avança e consegue fortalecer-se através dos fenômenos de variação e mudança linguísticas e, consolida-se, então, a teoria da variação.

A teoria da variação e mudança linguística é uma área de estudo que assume que a variação da língua é inerente ao sistema linguístico. Mas do que isto, que a heterogeneidade da língua pode ser sistematizada, entendendo que a variação linguística não é aleatória ou vista como fator de arbitrariedade e irregularidade, mas passível de sistematização, de ordenação e regularidade. Mollica (2007) enfatiza que o papel dessa corrente linguística é descobrir o grau de mutabilidade ou ainda de estabilidade do processo de variação, averiguar quais fatores internos ou externos condicionam para a alternância nos usos linguísticos e “prever seu comportamento regular e sistemático.” (MOLLICA, 2007, p. 11).

Sobre a variação, Camacho (2001) explica que esse termo pode ser entendido como a representação de duas ou até mais formas diferentes de se dizer uma mesma coisa dentro de um contexto. Essas formas em variação são denominadas de variantes. Sobre isso Tarallo (2004) diz que “Variantes linguísticas são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade.” (TARALLO, 2004, p. 8) e acrescenta que o conjunto dessas variantes denomina-se “variável linguística”.

Weinreich *et al* (2006, p. 35) advogam que “os fatos da heterogeneidade, até hoje, não se harmonizaram bem com a abordagem estrutural da língua.” Dessa forma, a teoria da variação a fim de buscar essa harmonia, delimita o fator social como peça fundamental para uma descrição de um dado fenômeno linguístico. Sobre isso, Labov (2008) expressa não ser possível compreender o processo de uma mudança linguística sem considerar o fator social, isto é, o papel da interação social, pois “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo.” (LABOV, 2008, p. 21). Ele deixa bem claro que não se pode avançar rumo à compreensão do processo de mudança linguística sem dar ênfase ao fator social que é realmente o que motiva a evolução linguística.

Frente às reflexões postas até aqui, evidenciamos que a variação da língua está condicionada a fatores de ordem linguística e extralinguística. Esses fatores são essenciais para encontrar as respostas que porventura surgem a respeito da variação das línguas naturais, pois são mecanismos fundamentais para explicar como a heterogeneidade da língua pode ser regulada e sistematizada.

4.2. Pressupostos teóricos do funcionalismo

A característica fundamental da teoria funcionalista é a ênfase do caráter instrumental da linguagem. Em outras palavras, tem como fundamento básico “[...] a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente.” (NEVES, 1997, p. 2). Neves (1994) enfatiza que a gramática funcional desempenha o papel de explicar as regularidades que ocorrem nas línguas, “e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua.” (NEVES, 1994, p. 112). É salutar acrescentar que a gramática funcional é uma

[...] teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso. (NEVES, 2004, p. 15)

Diante disso, a gramática funcional dá importância à competência comunicativa, o que quer dizer que considera não apenas a capacidade de codificação e decodificação de expressões, mas também a capacidade de interpretação e uso de expressões de uma forma interacionalmente eficiente. Sendo assim, a análise na perspectiva funcionalista vai relacionar os enunciados às funções que desempenhará no contexto comunicativo. Como observa Cunha (2011), o funcionalismo trata de dados reais tanto da fala quanto da escrita em contextos reais da comunicação interpessoal. Dessa forma, essa autora expressa que os

[...] funcionalistas concebem a linguagem como um instrumento de interação social, alinhando-se, assim, à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade [...] A abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. (CUNHA, 2011, p. 157)

Diante do exposto, Cunha (2011) salienta que o modelo funcionalista pode ser sintetizado da seguinte forma, a saber: (i) a língua desempenha ou exerce funções que se encontram externas ao sistema. (ii) as funções externas exercem influências na organização interna do sistema. Por isso, a língua não se constitui como um conhecimento autônomo, mas é dependente do comportamento social em que o falante passará por um processo de adaptação referente aos diferentes contextos de comunicação.

4.2.1. Sobre o processo de gramaticalização

Segundo Pezatti (2011), a gramaticalização é um termo que passou por uma redefinição em seu conceito a partir de 1970 e está relacionada a uma base funcionalista de que a gramática surge do próprio uso. De um modo geral, é [...] um processo unidirecional, segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. (CUNHA, 2011, p. 173).

Neves (2004) afirma que as pesquisas em torno da gramaticalização se iniciaram na China, século X, chega na França e Inglaterra no século XVIII e chega na Alemanha no século XIX, mas no século XX a abordagem sobre a gramaticalização é atribuído a Meillet que define tal processo como “a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma” (MEILLET, 1912/1948, p. 131, *apud* NEVES, 2004, p. 113). Em outras palavras, é um fenômeno que está ligado à mudança linguística que ocorre no processo de uso da língua. Depois, muitos estudiosos tratam sobre esse processo com as mais variadas definições.

Hopper (1991), citado por Neves (2004), estabelece cinco princípios de gramaticalização: (i) a estratificação que está relacionada pela concomitância de formas que têm função semelhante, podendo se tornar estáveis ou não; (ii) divergência que é o processo de gramaticalização de uma determinada forma com a permanência na língua de sua forma primeira; (iii) especialização é a probabilidade de um determinado item se tornar obrigatório pela pouca possibilidade de escolha; (iv) Persistência é quando um item ao passar pelo processo de gramaticalização ainda persiste traços da sua forma original; (v) e a descategorização ou decategorização que acontece quando, no processo de gramaticalização, as formas perdem propriedades lexicais ou sintáticas mudando assim de categoria.

4.3. Sobre o sociofuncionalismo

A sociolinguística e o funcionalismo constituem teorias que reconhecem a heterogeneidade da língua e prioriza a língua no seu uso real como pontos basilares para explicar processos de variação e mudança. A interfase entre essas teorias e a articulação dos seus princípios é denominado de sociofuncionalismo. Segundo Tavares (2013), os estudos sociofuncionalistas desenvolvidos no final da década de 80, tomou como base

a teoria variacionista e a teoria do funcionalismo²⁵ norte-americano, para analisar e explicar fenômenos de variação linguística. Ela afirma que o sociofuncionalismo surgiu nas bases de pesquisas desenvolvidas pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL).

A autora afirma que o funcionalismo e a sociolinguística, apesar de possuírem pontos conflitantes, tecem um diálogo no que se refere a vários aspectos de suas teorias e é, a partir desse olhar, que afirmamos que a visão de variação/mudança nessas correntes não se excluem a primeira vista, mas, antes de tudo, se complementam. Partindo então da integração entre essas teorias, é possível trazer o conceito de sociofuncionalismo, compreendido como a junção de duas teorias “que toma a variação linguística do ponto de vista da função discursiva e a explica com base em princípios funcionais [...]”. (TAVARES, 2003, p. 98).

Utilizamos nessa pesquisa a interfase entre essas teorias acreditando que essa terceira proposta, o sociofuncionalismo, permite a ampliação dos horizontes de pesquisa nos oferecendo mais ferramentas para a análise de nosso fenômeno linguístico.

5. Procedimento metodológico

Os dados para a pesquisa foram extraídos do *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista (*Corpus PPVC*), constituído pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e pelo Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo. A amostra foi constituída por 6 informantes com as seguintes dimensões de estratificação: gênero/sexo (masculino/feminino), faixa etária (Faixa I: de 15 a 25 anos; Faixa II: de 26 a 50 anos; Faixa III: com mais de 50 anos de idade) e grau de escolaridade (sem escolaridade ou até 5 anos de escolarização), conforme evidenciado no **quadro 1**:

Informantes	Gênero/Sexo	Idade	Escolaridade
1 (E.S.P)	F	38 Anos	6ª Série
2 (E.J.R)	M	83 Anos	Sem escolaridade
3 (M.C.A.O)	F	75 Anos	Sem escolaridade
4 (J.S.R)	M	28 Anos	4ª Série
5 (W)	M	41 Anos	2ª Série
6 (S.J.S)	F	33 Anos	4ª Série

Quadro 1- Informantes da comunidade de Vitória da Conquista – BA

²⁵ O funcionalismo também tem sido recentemente chamado de “linguística baseada no uso”.

5.1. Os fatores linguísticos e extralinguísticos

Inserir o espectro da variável social em uma pesquisa é buscar resposta da sua influência em uma dada variação linguística, já que se entende que a heterogeneidade na língua é condicionada pelo fator social e inerente ao sistema linguístico.

No que se refere a esses fatores extralinguísticos, elegemos as variáveis gênero/sexo, faixa etária e nível de escolaridade. O fator sexo está sendo utilizado nessa pesquisa a fim de compreendermos até que ponto essa variável está relacionada à variação do modo subjuntivo. O uso da variável faixa etária mostra-se relevante nessa pesquisa, porque pode indicar em que índice ocorre a variação do modo subjuntivo e se está diretamente ligado a idade dos falantes. Tratar o fator nível de escolaridade se faz relevante para comprovarmos a hipótese de que o não uso do modo subjuntivo esteja relacionado ao menor índice de nível de escolaridade.

No tocante aos fatores linguísticos, levamos em conta o fator “modalidade verbal” e “tipo de verbo na oração matriz” para confirmar a hipótese de que essas variáveis influenciam na utilização do modo indicativo em contextos nos quais se prescreve o uso do modo subjuntivo na tradição gramatical.

5.2. Análise dos dados

No *corpus* analisado, constatamos casos de emprego do modo subjuntivo, segundo a tradição gramatical, em proposições que completam o sentido de verbos que expressam desejo, vontade (verbos volitivos – modalidade volição) e inseridos na modalidade *irrealis* segundo a classificação de Givón (2001), como constatados nas orações de (1) a (7).

- (1) *quero que ela termine os estudo dela.* (J.S.R)
- (2) *Queria agradecer por vocês que seja feliz nas suas facultade.* (M.C.A.O)
- (3) *que vocês seja* aquelas pessoa0, inspirada por Deus nas suas estudo, na igreja, todo lugar onde cês anda0. (M.C.A.O)
- (4) Ah [rapa], ta bom, eu eu *queria que chovesse mais né, que ta escasso de água né.* (w)

- (5) Ah eu *queria* fazer, eu *queria* muito se tivesse chance, se eu fosse mais nova, eu queria fazer direito (E.S.P)
- (6) Nem só! Bem que eu *queria* que saísse só, se saísse só me dava chance pra me sair só, né?. (E.S.P)
- (7) *Quer*ia agradecer pur vocês que seja feliz nas suas faculdade que vocês seja aquelas pessoa0, inspirada por Deus nas suas estudo, na igreja, todo lugar onde cês anda0 (M.C.A.O)

Rompendo com as regras determinísticas da gramática normativa, no que se refere ao emprego dos modos subjuntivo e indicativo, encontramos casos em que o uso de formas indicativas foram usadas em contextos em que a tradição gramatical preconiza o uso de formas subjuntivas, nos seguintes contextos:

5.2.1. Com o verbo querer na sentença matriz:

- (8) Eu *quero* agradecer a Deus e pedi a Deus, o Espírito Santo que inspira cada vez mais em vocês... (M.C.A.O)
- (9) Eu *queria* é, como é que fala é, arruma um trabalho assim que tem menos correria né que você poderia trabalhar assim sem se preocupar né, a não é muita correria né, sempre tá correndo né, e não tem outra pessoa pa entrar no seu lugar, então cê tem que ta correndo. (W)
- (10) *Quer*ia agradecer por vocês que seja feliz nas suas faculdade, que vocês nunca vai ter atrapaio na suas vida, que vocês vai ser sempre felizes... (M.C.A.O)

O verbo *querer* na proposição (8) é um verbo volitivo que pode ser classificado como verbo de modalização não-implicativo²⁶ e que deveria condicionar ao emprego do subjuntivo. Nesse exemplo, o verbo projeta um escopo de modalidade deontica sobre a oração encaixada, dito de outra forma, se constitui do fato de que o alvo da intenção (o sujeito de *querer*) recai sobre outra pessoa (sobre o complemento). Observamos que apesar do verbo *querer* ser classificado como um verbo na modalidade *irrealis*, o verbo na estrutura de complementação não está no pre-

²⁶ Entende-se por verbo de modalização não-implicativo quando não implica que o evento na oração subordinada vai se concretizar.

sente do subjuntivo, ocorrendo nesse caso o uso pelo presente do indicativo.

O verbo *querer* na oração (9) é classificado na mesma categoria da oração (8) e é notável que o verbo na oração principal não condiciona o emprego do subjuntivo nas duas últimas orações encaixadas. O que ocorre é o uso de “vai” no lugar de “venham”.

5.2.2. *Ocorre a alternância entre os modos com sentenças que expressam desejo:*

- (11) tomara que Tiago consegue arrumar um emprego (E.S.P)
- (12) que vocês nunca vai te0 atrapaio na suas vida (M.C.A.O)
- (13) que vocês vai se0 sempre felizis (M.C.A.O)

As gramáticas normativas evidenciam que verbos que expressam desejo condicionam ao emprego do modo subjuntivo. Nos casos (11), (12) e (13) ficam claros indícios de variação do subjuntivo. Sentenças nas quais os informantes contrariam, no exercício da língua em uso, o prescrito pela tradição gramatical.

5.2.3. *Ocorre, também, alternância com o verbo implicativo lembrar, como nos exemplos abaixo:*

- (14) Não, que eu me *lembro* assim, não (J.S.R)
- (15) Só bola mesmo, que eu me *lembro*, só bola. (J.S.R)

Seguem outros exemplos de alternâncias entre as formas indicativas e subjuntivas:

- (16) É porque ali é a parte que o, que os pastor num pode ta acompanhando todo mundo, né? aí então ele já usa, o a célula já é pra, que aquela pessoa é treinada pá quando a pessoa tá com pobrema pá pessoa orar por aquela pessoa, e então (W)
- (17) Nem que num paga muito, mas a gente acaba gastan0o. (E.S.P)

Por outro lado, evidenciamos, também, nos dados, que a negação da sentença matriz e da encaixada foram indutoras, algumas vezes, para o emprego da forma subjuntiva como nos exemplos (18), (19), (20) que se seguem:

- (18) ...eu sô não quero que fique vagabundo (E.S.P)
- (19) Então tomara que Tiago arrume um emprego que também que não morra de trabalhar e que assim que trabalhe pá ganhar o dinherim dele. (E.S.P)
- (20) ela não queria que a gente fosse (S.J.S)

Fato que mereceu nossa atenção, também, foram as construções com os chamados verbos epistêmicos achar e acreditar. Sobre essa questão, a tradição gramatical, normalmente, registra que verbos dessa natureza contidos na oração matriz selecionam o modo indicativo na oração subordinada. Os dados mostram construções do modo indicativo em contexto de indicativo e, também, realizações no modo subjuntivo em contexto de indicativo, como representadas nos exemplos a seguir:

5.2.3.1. Modo subjuntivo em contexto de indicativo

- (21) As menina, eu acredito que seja mais de brincar de boneca, né? (J.S.R)

O verbo *acreditar*, além de se enquadrar nos verbos chamados epistêmicos, também, é classificado como verbo cognitivo. Nessa construção, evidenciada em (21), o uso do subjuntivo pode instaurar o não comprometimento do que é dito pelo falante, já que a realização do modo subjuntivo faz referência a fatos tidos como incertos. Essa construção, segundo expressa Mira Mateus (2003), pode ser realizada no modo subjuntivo, pois segundo ela afirma, isso é possível quando a subordinada é selecionada por verbos cognitivos conforme evidenciam dois exemplos citados por ela: “(i) Penso [que ele ainda esteja na faculdade a esta hora]; (ii) Imagino [que queiras tomar um duche antes do jantar].” (MIRA MATEUS et al. 2003, p. 605). Salientamos que os gramáticos, na sua maioria, não registram o afrouxamento da realização do modo subjuntivo em contexto de indicativo como ocorre na proposição (21).

5.2.3.2. Modo indicativo em contexto de indicativo

- (22) Eu já... hoje em dia... a cidade tá evoluino, né, bastante trabalho, antes era, pra pessoa conseguir um emprego era meio difiss eu acho que ela tá num, evoluino agora, né, crescen0, momento de crescimento. (J.S.R)

- (23) ... eu acho que é bom, e que ajuda bastante (J.S.R)
- (24) É acho que deve tá fazendo manutenção né? (W)
- (25) Eu acho que os da cidade são um poço mais feliz p.3(J.S.R)
- (26) Tipo assim, você tem uma pessoa que você acha que é sua amiga, por um certo momento é, aí depois por causa de de um mal entendido a pessoa, no caso, no caso eu vou contá como foi a história... (S.J.R)
- (27) Que eu acho assim, se ela acha que, que ela deve estudar então eu incentivo, agora se ela acha que num é né? (W)

Já as construções de 22 a 27, seguem conforme prescreve a tradição gramatical. Diante das análises realizadas por nós, percebemos muitas lacunas nas gramáticas normativas para explicar o emprego do modo subjuntivo. Sobre isso, Bechara (2004) diz que o quadro teórico sobre o modo subjuntivo está longe de explicar a trama complexa do emprego desse modo no português. Salienciamos que, em nossa análise, expusemos várias situações em que foram feridos os princípios que regem o uso desse modo verbal no português. Vejamos os resultados a seguir.

No *corpus* foram detectados 15 ocorrências na realização do modo indicativo, o que equivale ao índice de 28% do uso de formas do indicativo em contexto de subjuntivo (72%) como mostra a tabela 1.

Formas
Subjuntivo 38 (72%)
Indicativo 15 (28 %)
Total 53

Tabela 1 Sobre a alternância do modo indicativo x modo subjuntivo

O uso do verbo querer (contexto *irrealis*) foi realizado de forma significativa nos dois modos, por isso trazemos esses resultados: 5 ocorrências com índice de 36% de formas indicativas em contextos de subjuntivo e 9 ocorrências de subjuntivo em contexto de subjuntivo perfazendo um total de 64%.

Em relação às variáveis sociais gênero/sexo, faixa etária e grau de escolaridade, a variação mostrou-se, nesses níveis, sem diferenças significativas, talvez, devido a pequena quantidade de informantes em análise.

6. Considerações finais

A questão central dessa pesquisa foi validar a hipótese de que as variáveis “tipo de verbo da oração matriz” e “modalidade”, estariam condicionando ao uso de formas indicativas em contextos em que a gramática preconiza o emprego de formas subjuntivas. Comprovamos nos dados analisados indícios de variação no uso da modalidade *irrealis* em um total de 28% de realizações indicativas em contextos de subjuntivo (72%).

Apesar da tradição gramatical prescrever que alguns verbos em contextos de *irrealis* condicionam ao uso do modo subjuntivo, alguns dados evidenciaram resultados conflitantes, pois indícios de *irrealis* nem sempre conduziram para o uso do modo subjuntivo na oração encaixada, mas a realizações de formas indicativas. Esses resultados confirmam que a gramática normativa não contém uma descrição consistente e capaz de explicar a variação existente entre as formas indicativas e subjuntivas no uso real da língua.

Este trabalho constitui em um estudo-piloto em que, futuramente, serão levados em conta outros tipos de condicionadores para a análise dos dados e uma quantidade maior de informantes. Por esta razão, apresentamos, aqui, apenas resultados parciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística: Parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. V. 1. São Paulo: Cortez, 2001.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 44. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São

Paulo: contexto, 2012.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. São Paulo: Cia, Ed. Nacional, 2010.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTOTA, Mario Eduardo et al. (Orgs.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2011.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GIVÓN, T. *Syntax*. Vol. 1 Amsterdam: John Bejamins, 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1986.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno, M^a Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MIRA MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MOLLICA, Maria Cecilia. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. Um visão geral da gramática funcional. *Alfa*, São Paulo, n. 38, p. 109-127, 1994.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. A modalidade. In: KOCH, Ingedore V. (Org.). *Gramática do português falado*. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 2002.

_____. Imprimir marcas no enunciado. Ou: a modalização na linguagem. In: _____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 151-221.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In: MUS-SALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, v. 3. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUSA, Valéria Viana. *Os (des)caminhos do você: uma análise sobre a*

variação e mudança na forma, na função e na referência do pronome *você*. 2008. – Tese de doutorado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

TAVARES, Maria Alice. *A gramaticalização de e, aí, daí, e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo funcionalista*. 2003. – Tese (doutorado). UFSC, Florianópolis.

_____. Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística. *Interdisciplinar*. Edição Especial ABRALIN/SE, Itabaiana/SE, Ano VIII, v.17, jan./jun. 2013, p. 27-48. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/viewFile/1312/1162>.

WEINREICH, Uriel; LABV, Willian; Herzog, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad.: Marcos Bagno e Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006.